

Violência contra Crianças e Adolescentes 25 anos depois da Convenção sobre os Direitos da Criança.

A partir do intercâmbio produzido nos diferentes espaços de trabalho com os Estados-Membros: Antígua e Barbuda, Bolívia, Canadá, Colômbia, Jamaica, Peru, República Dominicana, Trinidad e Tobago, Uruguai. Destacam-se as seguintes aprendizagens e recomendações:

- Existe ampla coincidência na necessidade de continuar tornando visível a temática e quebrando os silêncios construídos a seu redor. Nesse sentido, considera-se como altamente positivo que a região possua 8 Estados que promulgaram leis que proíbem o castigo físico a crianças e adolescentes.
- As experiências apresentadas pelos Estados falam da importância de contar com estes marcos legais mas, ao mesmo tempo evidenciam sua obrigatória complementaridade com políticas assumidas pelo conjunto dos agentes do Estado e da sociedade, e com transformações culturais que promovam as relações não violentas entre os adultos e as crianças.
- Das experiências compartilhadas surgem elementos que contribuem para a articulação de diferentes instituições estatais em torno da problemática da violência contra a infância. Nesse sentido é valorada a importância de treinamentos que incluam operadores de diferentes agências estatais e instituições para promover intervenções conforme os direitos no conjunto do Estado.
- É relevante destacar a necessidade da existência de mecanismos de acompanhamento e monitoração dos avanços e dificuldades neste plano. A monitoração não são apenas atos técnicos: também deve ser pensada como ação de vigilância nacional integral com ampla participação dos atores, incluindo as próprias crianças e adolescentes.

- Presta-se especial atenção às distintas formas de violência sexual e gravidez precoce que surgem como consequência desses fatos. Esses casos de gravidez incrementam a vulnerabilidade das adolescentes e obstam seu desenvolvimento pessoal gerando círculos de reprodução da pobreza e as violências a ela ligadas. No intercâmbio há coincidência na importância da participação das crianças e dos adolescentes, nos enfoques multi-setoriais e na promoção para o empoderamento das adolescentes.
- Os Estados presentes nas instâncias de diálogo reafirmam seu compromisso ético com a erradicação de todas as formas da violência e exploração na infância e apresentam a necessidade de incluir nas análises destas os fatores estruturais, sistêmicos e culturais que sustentam estas violências.